

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

CIDADANIA DIGITAL NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA ACERCA DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Shirley Ribeiro Carvalho, Rogério José Schuck

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13728>

Submetido em: 2025-10-13

Postado em: 2025-12-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

CIDADANIA DIGITAL NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA ACERCA DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA

SHIRLEY RIBEIRO CARVALHO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1248-4343>

[<carvalho.shirleyr@gmail.com>](mailto:carvalho.shirleyr@gmail.com)

ROGÉRIO JOSÉ SCHUCK²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9275-9193>

[<rogerios@univates.br>](mailto:rogerios@univates.br)

¹ Universidade do Vale do Taquari – Univates. Lajeado, RS, Brasil.

² Universidade do Vale do Taquari – Univates. Lajeado, RS, Brasil.

RESUMO: A formação inicial docente deve contemplar a preparação para uma participação consciente e responsável nos espaços digitais, favorecendo a reflexão crítica de estudantes e professores sobre o uso das tecnologias e desafios decorrentes de sua ausência. O presente artigo analisa as percepções de estudantes de Pedagogia que emergiram de uma proposta pedagógica que foi desenvolvida, voltada ao ensino da cidadania digital, concebida para integrar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) às práticas de ensino em uma perspectiva crítica, ética e responsável. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter aplicado, desenvolvida no formato de pesquisa-ação, com a participação da professora responsável pela disciplina Saberes e Metodologias para o Ensino de Ciências e 30 licenciandos. Os resultados revelaram o desenvolvimento de competências digitais relacionadas à criticidade, ética e responsabilidade, ampliando a consciência dos futuros professores sobre desinformação, privacidade, autoria e bem-estar digital. Conclui-se que a proposta oferece subsídios para a integração transversal da cidadania digital na formação inicial docente, contribuindo para práticas pedagógicas alinhadas às demandas da cibercultura.

Palavras-chave: cidadania digital, ensino, competências digitais, formação inicial de professores.

DIGITAL CITIZENSHIP IN INITIAL TEACHER TRAINING: PERCEPTIONS OF PEDAGOGY STUDENTS REGARDING A PEDAGOGICAL PROPOSAL

ABSTRACT: Initial teacher training should include preparation for conscious and responsible participation in digital spaces, encouraging students and teachers' critical reflection on the use of technologies and challenges posed by its absence. This paper analyzes the perceptions of Pedagogy students that emerged from a pedagogical proposal developed with a focus on the teaching of digital citizenship, designed to incorporate Digital Information and Communication Technologies (DICT) into teaching practices, within a critical, ethical, and responsible perspective. This is a qualitative, applied research conducted in the form of action research. The participants were the professor responsible for the subject "Knowledge and Methodologies for Science Teaching" and 30 undergraduate students. The results revealed the development of digital skills related to critical thinking, ethics and responsibility, increasing future teachers' awareness of misinformation, privacy, authorship, and digital well-being.

Accordingly, the conclusion is that the proposal provides support for the transversal integration of digital citizenship into initial teacher training, contributing to teaching practices aligned with the demands of cyberculture.

Keywords: digital citizenship, teaching, digital competencies, initial teacher training.

CIUDADANÍA DIGITAL EN LA FORMACIÓN INICIAL DEL PROFESORADO: PERCEPCIONES DE LOS ESTUDIANTES DE PEDAGOGÍA SOBRE UNA PROPUESTA PEDAGÓGICA

RESUMEN: La formación inicial del profesorado debe contemplar la preparación para una participación consciente y responsable en los espacios digitales, favoreciendo la reflexión crítica de estudiantes y profesores sobre el uso de las tecnologías y los retos que plantea su ausencia. El presente artículo analiza las percepciones de los estudiantes de Pedagogía que surgieron de una propuesta pedagógica desarrollada, orientada a la enseñanza de la ciudadanía digital, concebida para integrar las Tecnologías Digitales de Información y Comunicación (TDIC) a las prácticas docentes desde una perspectiva crítica, ética y responsable. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter aplicado, desarrollada en formato de investigación-acción, con la participación de la profesora responsable de la disciplina Conocimientos y Metodologías para la Enseñanza de las Ciencias y 30 estudiantes de licenciatura. Los resultados revelaron el desarrollo de competencias digitales relacionadas con la crítica, la ética y la responsabilidad, ampliando la conciencia de los futuros profesores sobre la desinformación, la privacidad, la autoría y el bienestar digital. Se concluye que la propuesta ofrece subsidios para la integración transversal de la ciudadanía digital en la formación inicial del profesorado, contribuyendo a prácticas pedagógicas alineadas con las demandas de la cibercultura.

Palabras clave: ciudadanía digital, enseñanza, competencias digitales, formación inicial de profesores.

INTRODUÇÃO

A emergência da sociedade digital redefiniu a condição humana contemporânea, instaurando o digital como um modo de existência que atravessa e ressignifica as práticas sociais, culturais e educacionais. Essa transformação vai além da simples utilização de ferramentas tecnológicas, configurando-se como uma mudança ontológica na forma como as pessoas se relacionam, trabalham, aprendem e exercem sua cidadania. O espaço físico presencial agora se articula inevitavelmente com o ciberespaço, criando realidades híbridas onde as lógicas da rede digital moldam práticas sociais, culturais e educacionais (Souza, 2018; Patrocínio, 2008). No contexto educacional, essa revolução tecnológica impõe desafios que transcendem o domínio instrumental de ferramentas, exigindo o desenvolvimento de competências críticas, éticas e responsáveis para o uso consciente das tecnologias (Unesco, 2023).

A formação inicial de professores constitui-se momento crucial para o desenvolvimento dessas competências, pois é nessa etapa que se estabelecem as bases para futuras práticas pedagógicas. Apesar dos avanços regulatórios no Brasil, como a BNCC (Brasil, 2018), a BNC-Formação (Brasil, 2019) e a PNED (Brasil, 2023), estudos apontam lacunas na preparação docente para a mediação da cidadania digital e ausência de modelos pedagógicos claros, que orientem o ensino da cidadania digital na formação inicial de professores. Muitos cursos de licenciatura mantêm a formação para o uso das tecnologias digitais limitada ao contato e à familiaridade com a ferramenta, restringindo-se à inserção de ferramentas digitais sem problematizar suas dimensões ética, crítica e cidadã, o que compromete a formação dos futuros docentes (Walters, Gee e Mohammed, 2019; Moraes, Gomes e Gouveia, 2015; Opria e Momanu, 2023).

Esse desafio é corroborado por dados divulgados pela pesquisa TIC Kids Online Brasil (NIC.BR, 2024), que revelou que 93% dos brasileiros entre 9 e 17 anos são usuários de internet, e que

grande parte das crianças já acessa redes sociais desde cedo. Embora esses ambientes ampliem as oportunidades de comunicação e aprendizagem, eles também expõem crianças e adolescentes a riscos relacionados à desinformação, ao uso indevido de dados e ao tempo excessivo de tela. Essa realidade reforça a urgência de preparar professores e estudantes para uma participação crítica, ética e responsável nos espaços digitais. Nesse contexto, a cidadania digital emerge como uma dimensão inadiável da formação docente, pois transcende o mero domínio instrumental de ferramentas e requer o desenvolvimento de competências críticas e responsáveis para o uso consciente das TDIC.

Para responder a essa demanda, é fundamental inicialmente diferenciar a questão do uso e a integração de tecnologias digitais. O uso refere-se à aplicação pontual de recursos, sem necessariamente uma intencionalidade pedagógica. Já a integração envolve a incorporação planejada das TDIC no processo de ensino, articulando-as a objetivos de aprendizagem e favorecendo práticas éticas e críticas (Rao, 2013).

Nesse viés, autores como Ribble e Bailey (2007) definem cidadania digital como um conjunto de normas de comportamento apropriado e responsável no uso das tecnologias, enquanto Choi (2016) a entende como uma ampliação do conceito de cidadania, incluindo identidade, senso de comunidade e engajamento social em ambientes digitais. Essa compreensão amplia a discussão para além da técnica, vinculando a cidadania digital ao exercício crítico e ético da docência na contemporaneidade.

Diante do exposto, este estudo parte da seguinte questão central: De que modo uma proposta pedagógica pode favorecer a construção de competências críticas, éticas e responsáveis de cidadania digital na formação inicial de estudantes de Pedagogia? O artigo busca analisar uma prática de ensino desenvolvida com estudantes de Pedagogia e suas percepções sobre o ensino da cidadania digital, concebida para integrar as TDIC de forma crítica, ética e responsável. De modo específico, busca-se, a partir das vivências formativas, analisar os impactos da proposta pedagógica nos hábitos digitais dos participantes, especialmente em relação à desinformação, à pesquisa online e à privacidade.

A proposta pedagógica foi implementada em um curso de Pedagogia de uma instituição de ensino superior em São Luís/MA, envolvendo a professora responsável pela disciplina Saberes e Metodologias para o Ensino de Ciências, que ocorre no sétimo período e 30 estudantes em formação. Antes da implementação, foi possível identificar que, embora os estudantes já utilizassem cotidianamente diferentes tecnologias digitais, sua experiência formativa permanecia centrada em disciplinas obrigatórias do curso, com baixa familiaridade para reflexões críticas sobre cidadania digital. Essa constatação reforçou a necessidade de desenvolver uma proposta pedagógica que articula recursos digitais, estratégias ativas e referenciais curriculares.

COMPETÊNCIAS DIGITAIS DOCENTES

As transformações digitais contemporâneas demandam aos professores um papel central na mediação entre tecnologia, conhecimento e sociedade. Nesse cenário, como destaca a UNESCO (2023), as competências digitais docentes não podem ser reduzidas a habilidades técnicas ou ao simples domínio operacional de recursos, precisam ser orientadas por princípios éticos, humanistas e de justiça social. Em outras palavras, os educadores devem ser capazes de utilizar intencionalmente as tecnologias, assumindo-se como agentes ativos na construção de uma educação digital inclusiva e emancipatória.

Pode-se perceber que o ensino, nesse contexto, não se extingue, mas se expande. A internet oferece múltiplas interfaces que possibilitam trocas, intervenções e agregações, criando oportunidades para que os estudantes reflitam criticamente sobre o que aprendem (Valente, 2014; Silva, 2010). No entanto, para que esse potencial seja satisfatoriamente explorado, é indispensável que os professores recebam uma formação voltada ao desenvolvimento de competências digitais ampliadas, que transcendam o domínio técnico e possibilitem a mediação pedagógica crítica dos processos de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, a competência digital deve ser compreendida de forma crítica e ampliada. Mais do que “saber usar” ferramentas, a competência digital envolve reconhecer a dimensão política da tecnologia, seus condicionantes econômicos e sociais, as motivações dos atores que controlam os

ecossistemas digitais e o modo como indivíduos e grupos se inserem nesse contexto. Professores digitalmente competentes não apenas consomem tecnologia, mas também orientam sua inovação e uso pedagógico, colaborando com os estudantes para decidir não só como a tecnologia será empregada, mas, principalmente, para quais finalidades será mobilizada.

A literatura sobre o tema apresenta múltiplas definições. De acordo com as autoras Roda e Morgado (2019), a competência digital docente é compreendida como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para utilizar as TDIC de forma eficiente nos processos de ensino-aprendizagem. Silva e Behar (2019) e Siqueira e Vasconcelos (2023) reforçam que competência digital docente implica ir além do domínio técnico, incluindo autonomia pedagógica, postura crítica e reconhecimento das potencialidades e limitações da tecnologia.

Ao analisar os estudos de Silva e Behar (2019), Roda e Morgado (2019) e Siqueira e Vasconcelos (2023), identificam-se três questões convergentes sobre o conceito de competências digitais: 1) a docência digitalmente competente vai além das meras habilidades técnicas; 2) a competência digital docente é um conceito complexo, que envolve aspectos para além de melhorar o ensino, tais como: utilizar tecnologias para o desenvolvimento profissional e promoção da inovação; 3) o desenvolvimento tecnológico e as novas demandas da sociedade são responsáveis pelas alterações nos conceitos de competências digitais. Apesar da ausência de um consenso sobre o que constitui as competências digitais, as revisões de literatura disponíveis fornecem referenciais conceituais, que orientam a análise da cidadania digital na formação de futuros pedagogos.

Os quadros de referência que orientam o desenvolvimento das competências digitais docentes configuram-se como marcos importantes para estruturar políticas e práticas formativas. No âmbito internacional, o Competency Framework for Teachers (ICT-CST), desenvolvido pela UNESCO (2008), estabelece diretrizes que vão além do domínio técnico, ressaltando a necessidade de atitudes e valores que promovam a ética digital, a responsabilidade e a compreensão crítica das implicações sociais das TDIC. Estruturado em seis componentes, a saber: política e visão, currículo e avaliação, pedagogia, TDIC, organização e administração, e desenvolvimento profissional docente, o ICT-CST consolida-se como um marco de alcance global, ao propor metas curriculares específicas e habilidades esperadas para professores em diferentes contextos, reforçando a integração responsável das tecnologias digitais nos sistemas educacionais. Nessa mesma direção, o DigCompEdu (Lucas e Moreira, 2018) sistematiza 22 competências distribuídas em seis áreas, das quais quatro se concentram na dimensão pedagógica, orientando os professores para promover práticas inclusivas e inovadoras.

No Brasil, a BNC-Formação (Brasil, 2019) estabelece que os cursos de licenciatura formam docentes capazes de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, reflexiva e ética. O CIEB (Araripe e Lins, 2020) inclui a cidadania digital como área específica, ressaltando o uso seguro, responsável e inclusivo das TDIC. A Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023) reforça a formação docente para atitudes críticas e responsáveis, enquanto o Referencial de Saberes Digitais Docentes (Brasil, 2024) organiza tais competências em três dimensões: ensino e aprendizagem, cidadania digital e desenvolvimento profissional, alinhando-se às políticas nacionais de inovação educacional.

Ao reconhecer a cidadania digital como dimensão indissociável da prática pedagógica, tais referenciais oferecem subsídios para a elaboração de propostas formativas que preparem os futuros docentes a trabalhar com as TDIC de modo crítico, ético e responsável. A existência de um referencial brasileiro, em consonância com documentos internacionais, representa um avanço significativo, pois permite alinhar a formação inicial e continuada às demandas do contexto sociotécnico atual.

Sendo assim, as competências digitais docentes configuram-se como instrumentos de mediação crítica, articulando inovação pedagógica, responsabilidade ética e compromisso social. São, portanto, condição essencial para que a cidadania digital se materialize na formação inicial de professores e para que a escola se torne um espaço de resistência às desigualdades e de construção de futuros mais justos e sustentáveis.

CIDADANIA DIGITAL NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

O conceito de cidadania digital emerge da necessidade de participação consciente, crítica e ética em uma sociedade marcada pela crescente digitalização nas interações humanas. A noção de cidadania digital tem sido objeto de múltiplas definições e abordagens, refletindo sua complexidade e o desafio de alcançar consenso conceitual. Pesquisas recentes evidenciam que, além da diversidade de interpretações, ainda prevalece certa limitação teórica e metodológica nos estudos sobre o tema, o que restringe sua compreensão mais aprofundada (Manzuoli, Sánchez e Bedoya, 2019; Imer e Kaya, 2020).

Nesse cenário, duas grandes vertentes despontam como paradigmas predominantes: O primeiro paradigma, denominado de cidadania digital responsável, foi formulado por Ribble e Bailey (2007). Ele se concentra em orientar comportamentos éticos, legais e seguros no ambiente online, constituindo-se em referência inicial para educadores e pesquisadores. Seu modelo teórico é composto por nove elementos fundamentais: acesso digital, etiqueta digital, legislação digital, comunicação digital, alfabetização digital, comércio digital, direitos e responsabilidades digitais, segurança, proteção digital e saúde e bem-estar digital, que servem como guia para a construção de práticas educativas voltadas ao uso consciente das tecnologias. Embora tenha sido crucial para consolidar a área, essa abordagem tende a limitar-se aos aspectos normativos e comportamentais.

O segundo paradigma, proposto por Choi (2015), corresponde à cidadania digital crítica. Em vez de um conceito único e prescritivo, trata-se de uma perspectiva multidimensional, que envolve quatro eixos centrais: ética digital, alfabetização midiática e informacional, participação cívica e resistência crítica. Essa concepção amplia o escopo da cidadania digital ao valorizar não apenas o comportamento responsável, mas também o engajamento ativo e a capacidade de questionar estruturas sociais e tecnológicas, promovendo justiça social por meio do uso consciente das TDIC.

Apesar desses avanços, estudos mostram que, na prática, muitos educadores ainda operam a partir de uma compreensão restrita como respeito à propriedade intelectual e preservação da privacidade (Palaz; Kilcan; Çepni, 2022; Öztürk, 2021), centrada quase exclusivamente nos aspectos éticos e legais da cidadania digital. Tal perspectiva, embora necessária, revela-se insuficiente diante dos desafios contemporâneos. Documentos como o Manifesto pela Cidadania Digital reforçam essa visão ampliada, ao enfatizar a importância de ambientes digitais seguros e transparentes, a responsabilidade de desenvolvedores de plataformas, a proteção de dados pessoais e a necessidade de promover a participação ativa, segura e responsável dos cidadãos em ambientes virtuais.

Com base nesses referenciais, diversos autores têm proposto práticas pedagógicas para o ensino da cidadania digital, incluindo debates, resolução de situações-problema, simulações, produção de conteúdo digital e atividades criativas que incentivam a participação crítica (Nhancale *et al.*, 2023; Silva e De França, 2023).

Entretanto, estudos apontam que egressos das licenciaturas frequentemente relatam baixo domínio tecnológico, tanto em aspectos técnicos quanto pedagógicos, o que gera insegurança no uso das TDIC em sala de aula (Silva, 2022). Entre os obstáculos estão a ausência de diretrizes claras para o planejamento curricular e a carência de abordagens transdisciplinares que articulem tecnologia e cidadania digital. Essa lacuna reforça a necessidade de currículos que contemplem explicitamente a dimensão ética e crítica do uso das tecnologias na formação docente (Araripe e Lins, 2020; Silva e Behar, 2019).

Pensar a cidadania digital na formação inicial implica superar a visão meramente instrumental e considerar as dimensões sociais, pedagógicas e éticas. Como afirma Freire (2006, p. 33): “Educar é substantivamente formar. Divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente perigosa de pensar errado”. Cabe, pois, à prática educativa cultivar uma curiosidade crítica que resista tanto à divinização quanto à demonização da tecnologia.

Nessa direção, compreender a cidadania digital na formação inicial de professores requer não apenas reflexão crítica, mas também a criação de experiências pedagógicas que a tornem praticada no cotidiano da sala de aula. No contexto da formação inicial dos pedagogos, em que se insere este estudo, é fundamental que os futuros profissionais tenham vivências que favoreçam a construção de saberes docentes alinhados às exigências da cibercultura. A Resolução CNE/CP nº 4 de 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de profissionais do magistério da educação escolar em nível superior, reafirma essa relevância no artigo 2º, §2º, ao relacionar domínio de conteúdos e metodologias com as diferentes linguagens, tecnologias, evidências científicas e inovações.

Diante disso, as TDIC podem ser empregadas em uma ampla variedade de atividades pedagógicas como recursos digitais. Na prática, durante a formação inicial, os licenciandos podem ser incentivados a criar ou adaptar jogos que abordem questões éticas e comportamentais no ambiente digital, realizar atividades de identificação e verificação de *fake news* em suas redes sociais, por meio de pesquisa e investigação própria, além de serem orientados a desenvolver propostas lúdicas e acessíveis para ensinar cidadania digital às crianças (Souza *et al.*, 2021; Almeida e Santos, 2020; Silva e França, 2024).

Percebe-se que, no contexto da cibercultura, o ensino da cidadania digital deve ir além do enfoque tradicional voltado para símbolos pátrios, instituições e funcionamento do governo. É importante que assuma uma concepção mais abrangente, que considere os impactos das tecnologias nas relações interpessoais, nos problemas sociais e nas atitudes necessárias para uma participação ativa e responsável na sociedade (Nhancale *et al.*, 2023). A formação do professor como cidadão digital, auxilia-o a reconhecer e enfrentar os desafios e riscos associados à integração das tecnologias em suas práticas cotidianas e pedagógicas.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter aplicado, inserida no escopo da pesquisa-ação, uma vez que buscou, simultaneamente, investigar e intervir na realidade formativa de futuros professores (Creswell 2014; Thiollent, 2005). A opção por esse delineamento metodológico decorreu de uma proposta pedagógica que foi desenvolvida, no intuito de compreender os significados atribuídos pelos sujeitos à integração da cidadania digital ao ensino.

Os participantes foram a professora responsável pela disciplina Saberes e Metodologias para o Ensino de Ciências e 30 estudantes do curso de Pedagogia, matriculados no sétimo período, em uma instituição de ensino superior privada de São Luís/MA. A intervenção concentrou-se principalmente na Unidade 2 da disciplina - As ciências naturais para a formação da cidadania na Educação Básica. No total, a proposta compreendeu 8 encontros presenciais, realizados entre abril e junho de 2024.

A proposta pedagógica foi construída a partir do modelo conceitual baseado nos elementos de cidadania digital (Ribble, 2015; Choi, 2015), das matrizes DigcompEdu e CIEB e da colaboração dos envolvidos na pesquisa. A organização das aulas seguiu uma sequência didática estruturada em quatro etapas principais: 1) Diagnóstico inicial (questionário aplicado com os estudantes para identificar conhecimentos prévios sobre TDIC e cidadania digital); 2) Vivências práticas e exploratórias (atividades em sala de aula com uso de diferentes tecnologias digitais); 3) Debates e problematizações (discussões coletivas sobre *fake news*, privacidade, direitos autorais, algoritmos e inteligência artificial, conectando conceitos à prática pedagógica) e 4) Síntese e socialização (produção e apresentação de recursos digitais elaborados pelos estudantes).

Cada encontro foi planejado para articular fundamentos conceituais e experiências práticas. No primeiro encontro discutiu-se sobre a pesquisa na Internet, com ênfase no uso de palavras-chave, filtros e estratégias de busca. O segundo encontro abordou *fake news*, desinformação, algoritmos e bolhas informacionais, incentivando os estudantes a analisar criticamente informações digitais e introduzindo reflexões sobre vieses digitais. O terceiro encontro tratou das ferramentas de checagem (Lupa, Aos Fatos, E-Farsas e *FakeCheck*), que foram testadas em situações práticas. O quarto encontro voltou-se para direitos autorais, plágio e licenciamento digital, explorando recursos como Creative Commons. No quinto encontro discutiu-se a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e os impactos da privacidade digital no ambiente educacional. No sexto encontro o foco foram os debates sobre os usos éticos da IA no ensino. No sétimo e o oitavo encontros os estudantes elaboraram e apresentaram suas produções digitais, sintetizando as aprendizagens do processo, conforme ilustrado no Quadro 1:

Quadro 1 - Organização da Proposta Pedagógica

Aulas	Temática Principal	Atividade desenvolvida
-------	--------------------	------------------------

1	Pesquisa na Internet	Atividades práticas sobre estratégias de pesquisa <i>online</i> , como o uso de roteiros para avaliar informações, explorando critérios de confiabilidade e qualidade de fontes digitais.
2	<i>Fake News</i> e Desinformação	Discussões sobre desinformação; análise crítica de conteúdos digitais, explorando exemplos reais e falsos de notícias. Debate sobre bolhas informacionais, viés de confirmação e o papel dos algoritmos.
3	Mecanismos de checagem e plágio	Desafios para identificar <i>fake news</i> envolvendo agências de checagem como Lupa e Aos Fatos. Discussões sobre plágio, estratégias para evitá-lo e realizaram análises de situações-problema.
4	Direitos do autor, licenças	Flashcards e atividades práticas onde os estudantes aprenderam a distinguir diferentes tipos de permissões e a aplicar licenças adequadas em produções digitais.
5	LGPD na produção de conteúdo digital	Análise de notícias com aplicação da LGPD nas práticas de ensino, aproximando a prática pedagógica dos marcos legais que regulam o uso responsável das tecnologias.
6	IA e desafios éticos no ensino	Quiz e debates sobre os usos éticos da IA no ensino.
7	TDIC no ensino da cidadania digital	Planejamento e produção de recursos digitais para o ensino da cidadania digital.
8	Recursos digitais para cidadania digital na sala de aula	Socialização dos recursos digitais produzidos, como jogos, vídeos animados e curtas-metragens educativos, quizzes interativos e histórias em quadrinhos.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Essa organização permitiu que os estudantes experimentassem, em situações reais de sala de aula, como as tecnologias podem ser integradas ao currículo de maneira reflexiva. Nesse ambiente, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) foram mobilizadas de forma intencional, tanto como objeto de estudo quanto como recurso metodológico, favorecendo a experimentação de situações de aprendizagem ancoradas na realidade dos futuros docentes.

Para a produção de dados, foi aplicado um questionário aos estudantes, cujas respostas permitiram identificar conhecimentos prévios antes da proposta. O grupo focal, realizado ao término das atividades, possibilitou captar impressões coletivas e promover a sistematização de experiências compartilhadas. Além disso, foram feitos registros em um diário de campo, no qual constaram observações sobre o desenvolvimento das aulas, as interações em sala e os recursos empregados. A análise dos dados foi realizada por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), conforme sistematizada por Moraes e Galiazzi (2016). Esse procedimento envolveu a desconstrução dos textos produzidos nos diferentes instrumentos, a unitarização dos significados e a construção de categorias emergentes, possibilitando uma compreensão crítica e articulada do fenômeno investigado.

No que tange aos aspectos éticos, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Univates, sob parecer consubstanciado através da Plataforma Brasil mediante Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 77011924.7.0000.5310, parecer consubstanciado 6.739.688, aprovado em 02 de abril de 2024. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo anonimato, adesão voluntária e confidencialidade das informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados se concentrou no conteúdo que emergiu das experiências vivenciadas durante a implementação da proposta pedagógica. As percepções registradas no grupo focal evidenciaram diferentes formas de apropriação da cidadania digital em sua formação inicial. Diante da diversidade de achados, optou-se por destacar aqueles que se mostraram mais recorrentes e significativos em termos formativos, a saber, as aprendizagens relacionadas às dimensões crítica, ética e responsável da cidadania digital. Esse recorte permitiu organizar a discussão de modo a evidenciar como os futuros professores ressignificaram suas práticas e concepções frente aos desafios da desinformação, da privacidade e do uso responsável das tecnologias.

Sobre a dimensão ética da cidadania digital, os impactos da proposta pedagógica manifestaram-se de forma clara nos relatos dos estudantes, sobretudo em relação ao enfrentamento da desinformação e das *fake news*. Quando os estudantes foram questionados sobre suas percepções a respeito da experiência formativa na sua relação com as tecnologias digitais, muitos reconheceram que, antes das atividades, consumiam conteúdos digitais de maneira acrítica, sem verificar sua veracidade, como afirmou um estudante: “a gente ouve muito falar sobre *fake news*, mas às vezes não tem a preocupação de pesquisar se a história é verdade ou não” (E18). Esse comportamento também foi identificado no estudo Truth Quest (OCDE, 2024), que aponta a forte dependência das redes sociais como fonte primária de informação no Brasil, aliada à baixa capacidade de discernimento diante de conteúdos enganosos.

Os estudantes destacaram mudanças significativas vivenciadas durante a experiência formativa, como expressa E15: “eu consegui ver o quanto estava enganada no quesito desinformação”. Do mesmo modo, E16 relatou ter alcançado “uma nova visão bem mais clara sobre *fake news*, formas de pesquisa e suas fontes seguras”. Tais depoimentos evidenciam um movimento de conscientização que corresponde ao que Freire (1996, p. 15) descreve como “A promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípua da prática educativa é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil”. É a reflexão sobre a realidade que leva à apropriação do conhecimento.

Esse processo de ampliação da consciência não se restringiu à esfera individual, mas apontou para a compreensão do papel do professor como mediador na cultura digital. O estudante E12 reconheceu: “eu já sabia algumas coisas sobre *fake news*, apesar de não me aprofundar no assunto, sabia que é notícia falsa em português, mas como identificar se é falsa ou verdadeira e como descobrir, na sua aula aprendi”. O uso dos verbos identificar e descobrir demonstra o protagonismo assumido na aprendizagem, resultado de metodologias ativas como debates e exercícios de checagem. Ao relacionar esse aprendizado com sua futura atuação profissional, fica evidente o deslocamento de perspectiva: os participantes passaram a se ver como mediadores da cultura digital, responsáveis por orientar seus alunos a questionar, analisar e interpretar criticamente os conteúdos online. Como defende Demo (2012), a formação inicial docente precisa preparar professores aptos a lidar criticamente com a informação, condição essencial para transformar a educação e fortalecer práticas éticas no ambiente digital.

Outro resultado que emergiu dos dados analisados foi a mudança de hábitos digitais. E1 relatou: “não consigo mais fazer nenhum tipo de pesquisa sem usar os mecanismos de checagem, foi o que mais chamou atenção e é o que eu mais estou utilizando desde as aulas”. De modo semelhante, E14 afirmou que passou a verificar a confiabilidade dos sites e a questionar a veracidade de qualquer informação antes de compartilhá-la. Esses relatos mostram que a proposta pedagógica consolidou práticas de checagem sistemática, estimulando uma postura investigativa e consciente. Essa transformação dialoga com Nhancale *et al.* (2023), que defendem a importância de criar espaços formativos de debate sobre privacidade, desigualdade digital, *fake news* e impactos sociotécnicos, favorecendo a construção de uma cidadania digital crítica e responsável.

Além disso, os estudantes destacaram avanços relacionados às estratégias de pesquisa online. E1, por exemplo, afirmou “Percebi que o Google tem várias opções de filtros, algo que eu não conhecia.

Isso mudou completamente minha rotina de pesquisa, porque agora consigo verificar se o que encontro está correto”. E8 ressaltou que o “Google oferece uma variedade de informações específicas, mas muitos professores não sabem como utilizá-las de maneira eficaz”, enquanto E5 destacou: “Hoje tenho um olhar mais atento e crítico quando busco informações, sempre verificando a confiabilidade do site”.

Esses depoimentos mostram um processo de apropriação técnica aliado a uma reflexão crítica, fortalecendo a autonomia dos futuros docentes na busca e seleção de informações. Tais ideias estão diretamente relacionadas ao pensamento de Ribble (2015) e Choi (2015), que defendem que identificar, avaliar e utilizar informações digitais de forma consciente constitui competência central da cidadania digital. Na mesma direção, Peruchini e Rocha (2020) enfatizam que, diante da abundância de dados na rede, cabe ao professor aprofundar a análise e selecionar conteúdos adequados e pertinentes ao ensino.

Por fim, nos relatos emergiu a compreensão sobre a influência dos algoritmos e a formação das chamadas “bolhas informacionais”. E7 afirmou ter percebido que suas pesquisas sempre retornavam resultados similares, o que o mantinha em uma zona limitada de informações. Segundo ele, após as discussões, decidiu “abrir sua visão” e explorar outros temas para evitar o confinamento algorítmico. E1 reconheceu que, antes da proposta, não percebia como os algoritmos restringiam suas buscas, mas que passou a compreender esse processo e a adotar uma postura mais crítica. Essas reflexões indicam que a formação inicial docente pode contribuir para que futuros professores compreendam os mecanismos que estruturam a circulação da informação digital e desenvolvam estratégias para romper com a lógica restritiva das plataformas. Para Almeida e Santos (2020), enfrentar os desafios impostos pelo funcionamento algorítmico requer processos educativos que articulem compreensão técnica e reflexão crítica, possibilitando aos professores guiar seus alunos em uma navegação mais plural e consciente.

Esses achados confirmam também que a integração da cidadania digital à formação inicial docente favorece o desenvolvimento de competências que vão além do domínio técnico. Trata-se da construção de habilidades críticas, como define Choi (2015), que possibilitam compreender o funcionamento dos ecossistemas digitais, reconhecer vieses e utilizar as tecnologias de modo transformador. Ao experimentar práticas pedagógicas intencionais e reflexivas, os futuros professores demonstraram estar mais aptos a enfrentar os desafios da desinformação e a promover, em suas futuras salas de aula, uma educação digital mais consciente, ética e socialmente engajada.

Nesse sentido, a proposta pedagógica não apenas favoreceu a aquisição de técnicas de checagem e pesquisa, mas também promoveu um olhar crítico sobre os mecanismos que estruturam o ambiente digital. Ao vivenciar esse processo de aproximação reflexiva, os estudantes foram estimulados a reconhecer as tecnologias como elementos culturais e pedagógicos, capazes de sustentar práticas educativas voltadas à construção de uma cidadania digital ética, crítica e transformadora.

A dimensão ética e responsável da cidadania digital apareceu nos relatos dos estudantes quando refletiram sobre direitos autorais, plágio, proteção de dados, privacidade e práticas de uso saudável da Internet, temas trabalhados durante a proposta pedagógica em atividades interativas e debates em sala de aula. Ao serem confrontados com situações-problema relacionadas ao cotidiano docente, como a exibição de filmes em sala, a utilização de plataformas digitais e o respeito às licenças de imagens, os futuros professores foram levados a repensar suas práticas e reconhecer a importância de alinhar suas ações às legislações e normas vigentes.

Ao serem questionados sobre as mudanças em suas atitudes durante e após o desenvolvimento da proposta, uma estudante evidenciou a conscientização sobre a cidadania digital: “Eu acho que muda a gente como ser humano, muda nossos hábitos e visão como profissional” (E1). Tal percepção demonstra que a formação inicial, ao integrar debates sobre ética digital, ultrapassa o campo técnico e toca em valores que estruturam a prática educativa. Como argumenta Freire (1996), o processo formativo precisa envolver o professor na construção coletiva do conhecimento, estimulando nele o compromisso com a responsabilidade social de suas escolhas.

O movimento de conscientização é reforçado por E23, “a cidadania digital é importante, pois a Internet não é terra sem lei. Tem toda uma lei por trás”, revelando que a proposta oportunizou compreender a regulação como parte constitutiva do espaço digital. Tal percepção dialoga com a concepção de cidadania digital apresentada por Ribble (2015), que a define como um conjunto de

comportamentos e práticas pautados no respeito a si mesmo e aos outros, na promoção de interações educativas e na proteção individual e coletiva em ambientes digitais.

Durante a aula sobre plágio, os estudantes participaram de discussões em grupo e realizaram atividades de pesquisa utilizando tecnologias digitais para gestão de referências e detecção de plágio. Essas atividades promoveram uma abordagem crítica e responsável sobre o uso da informação na era digital. No seu relato, E17 destacou: “Descobri que muitas imagens que uso nas minhas atividades precisam de licença, e agora consigo aplicar isso na prática”, reconhecendo a autoria e a originalidade como valores centrais da prática docente. Esses achados dialogam com Santos (2014, p. 28-29), ao defender que a cibercultura atual demanda integrar autoria, compartilhamento e ética às práticas pedagógicas:

Uma vez que se consolida como ambiência comunicacional favorável à autoria, compartilhamento, conectividade, colaboração e interatividade, a cibercultura em sua fase atual potencializa as práticas pedagógicas baseadas em fundamentos valorizados como autonomia, diversidade, dialógica e democracia. De nada adiantam as potencialidades comunicacionais favoráveis à educação em nosso tempo se o professor se encontra alheio ao que se passa no atual cenário sociotécnico. Para tanto, faz-se necessária a imersão das práticas culturais do nosso tempo integrando vida cultura, docência e pesquisa.

Nesse horizonte, compreende-se que o professor em formação inicial necessita não apenas de fundamentos conceituais, mas também de exemplos e diretrizes práticas que lhe permitam transformar os princípios da cidadania digital em ações pedagógicas concretas. Essa apropriação é essencial para que, em sua futura atuação docente, possa orientar os estudantes no cuidado com a propriedade intelectual, na gestão consciente da identidade e da reputação digital, bem como na compreensão das consequências de seus atos no ambiente online. O cenário da cibercultura, ao favorecer autoria, colaboração e interatividade, oferece condições singulares para que a prática pedagógica dialogue com as dinâmicas culturais contemporâneas.

Além dos direitos de uso de conteúdo, a questão da privacidade e da proteção de dados também emergiu nos relatos. Um estudante afirmou: “Agora tenho uma outra visão bem mais clara sobre privacidade e responsabilidade no ambiente digital” (E16), evidenciando maior consciência quanto aos riscos e às medidas de segurança necessárias. Sobre essa percepção, Santos (2022) aponta para a vulnerabilidade de usuários diante de práticas como roubo de dados, perseguições e uso indevido de imagem quando não há conhecimento adequado para lidar com os riscos do ambiente online. O autor sustenta que “sem o conhecimento necessário para aferir sobre quais atitudes tomar diante dessa nova realidade, o usuário torna-se facilmente manipulável” (Santos, 2022, p. 339).

Outro aspecto recorrente foi a reflexão sobre a reputação digital e o impacto das próprias publicações nas redes sociais. E13 mencionou que passou a pensar “em como o que eu publico pode ser visto por pessoas de fora e como isso afeta a minha reputação digital”, enquanto E19 destacou: “Quando você falou em uma aula sobre uso consciente, isso me fez pensar no que eu estou fazendo na Internet, quem está vendo minhas informações e como posso ser mais cuidadoso”. Percebe-se que os debates sobre uso consciente da Internet o levaram a repensar hábitos cotidianos de exposição. Esses relatos se aproximam dos parâmetros do ISTE (2019), que ressaltam a importância de cultivar uma identidade digital de forma equilibrada e responsável.

Por fim, a discussão sobre saúde digital e bem-estar também foi incorporada às percepções dos estudantes. A partir de rodas de conversa sobre tempo de uso das tecnologias e estratégias de equilíbrio entre vida online e offline, emergiu a compreensão de que o papel do professor não deve restringir-se à proibição do uso, mas sim orientar práticas conscientes. Esse entendimento aparece no relato de E1: “Hoje eu me vejo mais preparada para usar as tecnologias de forma saudável em sala de aula, ajudando meus alunos a entenderem suas emoções e a usarem as tecnologias de forma consciente”.

De modo semelhante, E19 destacou: “Quando você falou em uma aula sobre uso consciente do celular em sala de aula, eu vejo professores muito ligados em proibir o celular sem aproveitar seu uso da melhor forma”. Esses depoimentos demonstram que a formação inicial pode contribuir para ressignificar a forma como os futuros docentes lidam com o uso das tecnologias, ampliando a perspectiva

de orientação pedagógica crítica e responsável. Nesse sentido, Walters, Gee e Mohammed (2019) defendem que o bem-estar digital envolve a capacidade de gerir o uso da tecnologia de modo a preservar a saúde física, mental e emocional, aspecto fundamental para a docência contemporânea.

Os achados revelam, portanto, que a formação inicial, ao integrar dimensões críticas, éticas e responsáveis da cidadania digital, favorece não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos, mas também a construção de valores e atitudes que impactam diretamente a prática docente. Os futuros professores, ao refletirem sobre desinformação, autoria, privacidade, reputação digital e uso saudável das tecnologias, demonstraram estar mais preparados para orientar seus alunos em direção a uma vivência digital consciente, crítica e comprometida com o bem comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta pedagógica apresentada neste estudo teve como objetivo integrar a cidadania digital à formação inicial docente, explorando dimensões críticas, éticas e responsáveis das tecnologias digitais. Os resultados demonstraram que a experiência promoveu aprendizagens significativas entre os licenciandos, fortalecendo o pensamento crítico diante da desinformação, ampliando a compreensão sobre direitos autorais, plágio, privacidade e reputação digital, bem como incentivando práticas voltadas à saúde e ao bem-estar no ambiente online.

As percepções dos participantes revelaram que tais aprendizagens não se restringiram ao domínio técnico, mas desencadearam mudanças de postura e conscientização sobre o papel do professor como mediador da cultura digital. Essa transformação se expressou na maneira como os futuros docentes passaram a compreender as TDIC, não apenas como ferramentas auxiliares, mas como elementos constitutivos da cultura contemporânea, capazes de moldar relações, saberes e formas de cidadania.

A principal contribuição da proposta reside, portanto, em oferecer uma experiência formativa que não pretende ser modelo único ou definitivo, mas que fornece exemplos práticos, situações-problema e diretrizes claras para apoiar a inserção da cidadania digital nos cursos de licenciatura. Sustentada por referenciais teóricos e pela experimentação em sala de aula, a proposta mostrou-se alinhada às demandas da cibercultura e às necessidades concretas dos estudantes de Pedagogia, podendo subsidiar o planejamento pedagógico de outros docentes e fortalecer uma abordagem crítica, ética e responsável da integração das TDIC.

Como perspectivas futuras, percebe-se a viabilidade para a experimentação da proposta em outros cursos de licenciatura e em diferentes instituições de ensino superior, a fim de efetivar e poder avaliar sua aplicabilidade em contextos diversos. Estudos comparativos internacionais também se apresentam como caminhos promissores, permitindo compreender como distintas realidades culturais e políticas educacionais incorporam a cidadania digital na formação docente. Avançar nesse campo poderá contribuir para a consolidação de um corpo de pesquisas sobre cidadania digital e para o fortalecimento de práticas educativas que reconheçam sua centralidade na formação de professores para o século XXI.

Diante do exposto, o estudo evidencia que integrar a cidadania digital à formação inicial docente não se restringe à inserção de recursos tecnológicos nas práticas pedagógicas, mas envolve sobretudo a construção de uma postura crítica, ética e responsável diante dos desafios do mundo digital. Nessa perspectiva, a pesquisa contribui não apenas para o debate acadêmico, mas também para a prática educativa, ao indicar caminhos para a incorporação transversal da cidadania digital no cotidiano das práticas pedagógicas, ressignificando, assim, a própria concepção de docência na cibercultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. C. de; SANTOS, E. O. dos. Reglus: uma proposta de prática pedagógica na cibercultura. *Acta Scientiarum. Education*, v. 42, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/52872>. Acesso em: 18 ago. 2023.

ARARIPE, J.; LINS, W. *Competências Digitais na Formação Inicial de Professores*. São Paulo: CIEB; Recife: CESAR School, 2020. Disponível em: <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2020/12/Compete%CC%82ncias-Digitais.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). *Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019*. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Matriz de Saberes Digitais Docentes*. Secretaria de Educação Básica, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/20240822MatrizSaberesDigitais.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). *Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em: 04 jul. 2023.

CHOI, M. A concept analysis of digital citizenship for democratic citizenship education in the Internet age. *Theory & Research in Social Education*, v. 44, n. 4, p. 565-607, 2016. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1118672>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CHOI, M. *Development of a Scale to Measure Digital Citizenship among Young Adults for Democratic Citizenship Education*. 2015. Tese (Doutorado em Educação: Ensino e Aprendizagem) – The Ohio State University, Columbus, 2015. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED586830>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

DEMO, P. *Aprendizagem escolar e formação de professores*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 34.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.

IMER, G.; KAYA, M. Literature review on digital citizenship in Turkey. *International Education Studies*, v. 13, n. 8, p. 6-15, 2020. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1261848.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.

ISTE. *ISTE Standards: For Educators*. 2019. Disponível em: <https://iste.org/standards/educators>. Acesso em: 22 ago. 2023.

LUCAS, M.; MOREIRA, A. *DigCompEdu: quadro europeu de competência digital para educadores*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2018. Disponível em: https://aefreamunde.com/attachments/article/185/2_DigCompEdu_Quadro%20Europeu%20Comp et%C3%A0ncia%20Digital%20Educadores.pdf. Acesso em: 26 ago. 2023.

MANZUOLI, Cristina Hennig; SÁNCHEZ, Ana Vargas; BEDOYA, Erika Duque. Digital citizenship: a theoretical review of the concept and trends. *Turkish Online Journal of Educational Technology*, v. 18, n. 2, p. 10–18, abr. 2019. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1211194.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

MORAES, D. A. F.; GOMES, J.; GOUVEIA, S. As tecnologias digitais na formação inicial do pedagogo. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 214-234, 2015. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816302015214>. Acesso em: 22 ago. 2023.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. *Análise textual discursiva*. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

NHANCALE, C. Â.; CUAMBA, G. H.; NGUIRAZE, J.; MACHACA, L. H. Educação para a cidadania digital: o papel do professor universitário no contexto atual. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, [S.l.], v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1462>. Acesso em: 26 abr. 2025.

NIC.br. *Cetic.br publica dados inéditos sobre o uso de tecnologias digitais por crianças brasileiras de até 8 anos*. 2025. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/noticia/cetic-br-publica-dados-ineditos-sobre-o-uso-de-tecnologias-digitais-por-criancas-brasileiras-de-ate-8-anos/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

OCDE. The OECD Truth Quest Survey: Methodology and findings. *OECD Digital Economy Papers*, n. 369. Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/06/the-oecd-truth-quest-survey_a1b1739c/92a94c0f-en.pdf. Acesso em: 26 abr. 2025.

OPRIA, Ş.; MOMANU, M. Systematic literature review on digital citizenship education for primary school students. *Journal of Educational Sciences*, v. 24, n. 1, v. 47, p. 93–107, 2023. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1396388.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2025.

ÖZTÜRK, G. Digital citizenship and its teaching: a literature review. *Journal of Educational Technology & Online Learning*, v. 4, n. 1, p. 31-45, 2021. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1286737.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PALAZ, T.; KILCAN, B.; ÇEPNI, O. Science mapping research on digital citizenship research in education. *Participatory Educational Research*, v. 9, n. 6, p. 248-267, 2022. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1356192>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PATROCÍNIO, T. Para uma genealogia da cidadania digital. *Educação, Formação & Tecnologias*, v. 1, n. 1, p. 47-65, 2008. Disponível em: <<http://eft.educom.pt>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PERUCHINI, M.; ROCHA, K. M. da. Percepções acerca da Relação entre TIC e Práticas de Pesquisa na Formação Inicial de Professores. *Revista Campo Abierto*, v.39, n.2, p. 193-206, 2020

RAO, A. *What's the difference between "using technology" and "technology integration"?* Teachbytes, [S.l.], 2013. Disponível em: <https://teachbytes.com/2013/03/29/whats-the-difference-between-using-technology-and-technology-integration/>. Acesso em: 10 jun. 2023

RIBBLE, M. *Digital citizenship in schools: nine elements all students should know*. Washington, DC: International Society for Technology in Education, 2015.

RIBBLE, M.; BAILEY, G. *Digital citizenship in schools*. Washington, DC: ISTE, 2007.

RODA, F.; MORGADO, L. Mapeamento da literatura sobre competências digitais do professor: tendências em progresso. *RE@D – Revista de Educação a Distância e Elearning*, v. 2, n. 1, p. 46-61, 2019. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/lead_read/article/view/22056. Acesso em: 24 ago. 2023.

SANTOS, C. P. Educação, práticas digitais e novos riscos em rede. In: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA (WIE), 28., 2022, Manaus. *Anais [...]*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022.

SANTOS, E. *Pesquisa-formação na cibercultura*. 1. ed. Santo Tirso: Whitebooks, 2014.

SILVA, G. A. da. *Competências digitais na formação inicial de professores para a integração das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas: um estudo de caso com os egressos de licenciaturas da Universidade Aberta do Brasil*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/242661>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SILVA, K. K. A. da; BEHAR, P. A. Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito. *Educação em Revista*, v. 35, p. 1-32, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100419&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, L. H. L. da; DE FRANÇA, R. S. Educação para a cidadania digital: um mapeamento sobre as práticas de ensino para promover a segurança e a privacidade de dados. In: *WORKSHOP SOBRE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (WEI)*, 2023. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 533-544. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wei/article/view/24932>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SILVA, L. H. L. da; DE FRANÇA, R. S. Gato de Botas na Era Digital: um recurso didático para promover a cidadania digital na escola. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA

EDUCAÇÃO (SBIE), 35., 2024, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2024. p. 3333-3342. DOI: <https://doi.org/10.5753/sbie.2024.244998>.

SILVA, M. Educar na cibercultura: desafios à formação de professores para docência em cursos online. *Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, PUC-SP, n. 3, p. 36-51, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/52991/34761>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SIQUEIRA, R. A. F.; VASCONCELOS, F. H. L. Competências digitais docentes: uma revisão sistemática da literatura. *Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/6410>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SOUZA, C. F. Q. de; ANJOS, M. V. N. dos; BESERRA, M. Aa; NETO, W. B.; GOMES, A. C. P. Bullying e cyberbullying entre adolescentes: protótipo de game para adolescentes no ambiente escolar. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 10, n. 1, e1194411065, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11944. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11944>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SOUZA, Meire Cristina de. Educação digital: a base para a construção da cidadania digital. *DEBATER A EUROPA - Periódico do CIEDA e do CEIS20*, Coimbra, v. 19, p. 57-67, 2018.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

UNESCO. *ICT competency standards for teachers*. London: UNESCO, 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000156210>. Acesso em: 28 set. 2023.

UNESCO. *Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023: Tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?* [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por. Acesso em: 20 ago. 2023.

VALENTE, J. A. A comunicação e a educação baseada no uso das tecnologias digitais de informação e comunicação. *Revista UNIFESO – Humanas e Sociais*, Teresópolis, v. 1, n. 1, p. 141-166, out. 2014. Disponível em: <https://revista.unifeso.edu.br/index.php/revistaunifesohumanasesociais/article/view/17>. Acesso em: 20 ago. 2023.

WALTERS, M. G.; GEE, D.; MOHAMMED, S. A literature review: digital citizenship and the elementary educator. *International Journal of Technology in Education (IJTE)*, v. 2, n. 1, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1264251.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Submetido: 10/10/2025

Aprovado: XX/XX/XXXX

Editor(a) de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autor 1 – Curadoria dos dados, investigação, metodologia, redação – rascunho original e redação- revisão e edição.

Autor 2 – Orientador do projeto, redação- revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.